

Emendas 119 a 155

Baseadas nas sugestões de alterações enviadas pelo Conselheiro Nelson Pereira dos Reis

Emenda 119

Art. 2º

II – **contribuir para a** base de conhecimento ambiental territorial do Estado de São Paulo, para fundamentar, planejar e implementar políticas públicas;

Emenda 120

Art. 2º

III - **auxiliar a gestão dos espaços protegidos com vistas ao estabelecimento de** diretrizes para o monitoramento da utilização dos recursos naturais ;

Emenda 121

Art. 2º

V - **contribuir para** que no conjunto das Unidades de Conservação estejam representadas amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território paulista e suas águas jurisdicionais, salvaguardando o patrimônio biológico existente;

Emenda 122

Art. 2º

VI - **contribuir para a** valorização econômica e social **da** diversidade biológica com vistas a aumentar também o índice de desenvolvimento humano da região;

Emenda 123

Art. 2º

~~IX - incentivar as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem, administrarem e contribuir com a conservação das Unidades de Conservação e seus entornos, considerando as condições e as necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais;~~

Emenda 124

Art. 2º

XII - **criar** condições para que as unidades de conservação participem dos processos socioeconômicos e culturais das regiões onde estão inseridas;

Emenda 125

Art. 2º

XV - **identificar e buscar os meios de subsistência alternativos** às populações tradicionais, cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior de unidades de conservação;

Emenda 126

Art. 2º

~~XVI - buscar formas para a repartição justa e equitativa dos benefícios advindos da pesquisa e do uso dos recursos biológicos e genéticos, entre as fontes desses recursos, às Unidades de Conservação que lhes deram origem e aqueles que os utilizam de forma legal;~~

Emenda 127

Art. 2º

XVII - **identificar e buscar** apoio e a cooperação de organizações não governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas, para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das Unidades de Conservação;

Emenda 128

Art. 2º

XXVII - ~~garantir a realização, execução e periódica atualização e revisão de planos de manejo, de forma integrada e compatível com ações e políticas de ordenamento territorial e desenvolvimento regional.~~

Emenda 129

Art. 3º

III - Órgãos executores: Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, Instituto Florestal, Instituto de Botânica, Instituto Geológico, ~~e demais órgãos e entidades públicas e privadas, em regime de concessão, permissão ou autorização, com atribuição de implantar e gerir as áreas protegidas, bem como de executar políticas e diretrizes estabelecidas no âmbito do SIGAP.~~

§ 1º Demais órgãos e entidades públicas e privadas, em regime de concessão permissão ou autorização, poderão implantar e gerir as áreas protegidas bem como de executar políticas e diretrizes estabelecidas no âmbito do SIGAP, conforme regulamento específico.

Emenda 130

Art. 4º, I, “a”

~~6) Reserva Particular do Patrimônio Natural, área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.~~

Emenda 131

Art. 4º, I, “b”

7) Reserva Particular do Patrimônio Natural, área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.

Emenda 132

Art. 4º, III

~~e) Área sob Proteção Especial em estudo: perímetro territorial definido em ato do Secretário do Meio Ambiente destinado à realização de estudos visando à possível implantação de soluções e instrumentos de política pública ambiental com vistas a manutenção da integridade de ecossistemas locais ameaçados;~~

Emenda 133

Art. 4º, III

f) Áreas de entorno de Cavidades Naturais Subterrâneas, ~~perímetro territorial definido, em ato do Secretário do Meio Ambiente, no entorno de~~ todo e qualquer espaço subterrâneo acessível pelo ser humano, com ou sem abertura identificada, popularmente conhecido como caverna, gruta, lapa, toca, abismo, fuma, ou buraco, incluindo seu ambiente, conteúdo mineral e hídrico, a fauna e flora ali encontrados e o corpo rochoso onde os mesmos se inserem, desde que tenham sido formados por processos naturais, independentemente de suas dimensões ou tipo de rocha encaixante.

Emenda 134

Art. 4º

~~§ 3º - O SIGAP deverá levar também em consideração os Mosaicos de Unidades de Conservação.~~

Emenda 135

Art. 4º, § 4º

I - ter sua definição e processo feito por norma específica, da qual constarão os responsáveis pela gestão, os objetivos específicos perseguidos; e ~~as restrições administrativas pertinentes;~~

Emenda 136

~~Art. 6º - No âmbito do SIGAP e para finalidade de sua aplicação, a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN está inserida no grupo das Unidades de Proteção Integral, uma vez que seus objetivos e restrições de uso são equivalentes às demais categorias do grupo.~~

Emenda 137

Art. 7º - A Reserva Particular do Patrimônio Natural, regularmente reconhecida em território paulista, é uma unidade de conservação de domínio privado ~~e de proteção integral~~ com o objetivo de preservar a diversidade biológica, as paisagens notáveis e, subsidiariamente, sítios que apresentem elevado valor histórico, arqueológico, paleontológico e espeleológico.

Emenda 138

Art. 25

~~III - publicação de Resolução do Secretário do Meio Ambiente, com indicação da categoria da unidade a ser criada, acompanhada de resumo das justificativas para a criação, de memorial descritivo e mapa da área;~~

Emenda 139

Art. 25

IV - manifestação do CONSEMA, com base nas justificativas técnicas para a criação, de memorial descritivo, mapa da área, considerando as manifestações da Consulta Pública.

Emenda 140

Art. 26 - No prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação do ato a que se refere o inciso ~~III~~ V, do art. 12, os interessados poderão impugnar a criação da Unidade de Conservação.

Emenda 141

Art. 26

§ 1º - A impugnação deverá ser apresentada ~~ao Secretário do Meio Ambiente,~~ **CONSEMA** fundamentada em justificativa técnica que demonstre incorreções ou vícios no procedimento de criação da unidade.

Emenda 142

Art. 26

§ 3º - A apreciação final da impugnação caberá ~~ao Secretário do Meio Ambiente~~ **CONSEMA**, que poderá solicitar correções e complementações ~~ou encaminhar o processo de criação da unidade ao CONSEMA.~~

Emenda 143

Art. 29 - A desafetação ou redução dos limites de uma Unidade de Conservação estadual só pode ser feita mediante lei específica. ~~e desde que ao menos uma área equivalente, e com o mesmo valor ambiental daquela desafetada ou reduzida, seja utilizada para criação ou ampliação de uma Unidade de Conservação da mesma categoria da unidade cujos limites foram alterados.~~

Emenda 144

Art. 30

§ 1º - O órgão responsável pela administração da unidade estabelecerá normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos integrados a Unidade de Conservação, **respeitando os limites legais de competência.**

Emenda 145

Art. 30

Substituição do § 3º por novo artigo

Art. ____ - Enquanto não estiverem definidos os limites da zona de amortecimento, **deverá ser precedido de consulta ao órgão responsável pela administração da UC o licenciamento ambiental de empreendimento que vier a ser instalado no interior das faixas de três mil metros no entorno da UC, no caso de empreendimento de significativo impacto Ambiental.**

§ 1º - Durante o prazo de 3 anos, contados a partir da publicação deste Decreto, o licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental, localizados numa faixa de 3 mil metros a partir do limite da UC, cuja ZA não esteja estabelecida, sujeitar-se-á ao procedimento previsto no caput, com exceção de RPPNs, Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e Áreas Urbanas Consolidadas.

§ 2º - Nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA/RIMA, o órgão ambiental licenciador deverá dar ciência ao órgão responsável pela administração da UC, quando o empreendimento:

I - puder causar impacto direto em UC;

II - estiver localizado na sua ZA; ou

III - estiver localizado no limite de até 2 mil metros da UC, cuja ZA não tenha sido estabelecida no prazo de até 3 anos a partir da data da publicação deste Decreto.

Emenda 146

Art. 31 - Para o estabelecimento das Zonas de Amortecimento e Corredores Ecológicos das Unidades de Conservação estaduais deverão ser observados os critérios técnicos e as diretrizes indicadas em Resolução do Secretário do Meio Ambiente.

Emenda 147

Art. 38

I - Elaboração dos estudos, no âmbito do órgão gestor, com a participação ~~em~~ ~~acompanhamento~~ do conselho da unidade de conservação e dos diversos segmentos da sociedade do entorno da UC;

Emenda 148

Art. 38 (inclusão de inciso renumerando os demais)

II – Encaminhamento do Plano de Manejo ao CONSEMA pelo Conselho Gestor

Emenda 149

Art. 38 (inclusão de parágrafos renumerando os demais)

§ 1º - A proposta de Zona de Amortecimento e de Corredor Ecológico constante do Plano de Manejo deverá ser submetida a audiências públicas amplamente divulgadas nos municípios afetados.

§ 2º A convocação para as audiências públicas de que trata o parágrafo anterior e a disponibilização do material deverá ser feita conforme Deliberação Normativa a ser editada pelo Consema.

§ 3º Na elaboração, atualização e implementação do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas, das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, das Áreas de Proteção Ambiental e, quando couber, das Florestas Nacionais e das Áreas de Relevante Interesse Ecológico, será assegurada a ampla participação da população residente.

Emenda 150

Art. 38 (inclusão de artigo após o atual art. 38, renumerando os demais)

Art. ____ - O CONSEMA, por meio de deliberação normativa, deverá estabelecer, no prazo de 60 (sessenta) dias, as regras para a participação da população residente de que trata o § 3º do artigo 38.

Emenda 151

Art. 41

~~III – busca de alternativas de desenvolvimento econômico local e regional em bases sustentáveis no entorno da Unidade de Conservação;~~

Emenda 152

Supressão do CAPÍTULO V - DO CONSELHO CONSULTIVO DO SIGAP

~~Art. 48 – O SIGAP contará com um Conselho Consultivo, composto por até 9 (nove) membros, sendo um terço de representantes do Governo, um terço de representantes da~~

~~comunidade científica, e um terço de representantes da sociedade civil com notória atuação na área ambiental.~~

~~§ 1º Cada conselheiro contará com um, representando o mesmo grupo do titular.~~

~~§ 2º Os conselheiros titulares, e seus respectivos suplentes, serão indicados e designados pelo Governador.~~

~~§ 3º O mandato dos conselheiros e dos respectivos suplentes será de dois anos, permitida apenas uma recondução.~~

~~§ 4º O conselho consultivo reunir-se-á com a maioria de seus membros.~~

~~§ 5º As decisões serão tomadas por maioria de votos dos presentes.~~

~~§ 6º A função de membro do conselho não será remunerada.~~

~~§ 7º O conselho consultivo terá como atribuição de sugerir critérios e diretrizes para:~~

~~a) contratação de gestores para as Unidades de Conservação;~~

~~b) gestão das Unidades de Conservação;~~

~~c) elaboração de planos de manejo;~~

~~d) pesquisas nas Unidades de Conservação e nas áreas de manejo do SIGAP.~~

Emenda 153

Inclusão de novo Capítulo antes das Disposições Finais

Capítulo __ - Da Compensação Ambiental

Art. __ - Os recursos da compensação ambiental, provenientes do licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental, deverão ser destinados, por meio da Câmara de Compensação Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente, à implantação e manutenção de Unidades de Conservação, nos termos da legislação pertinente e ouvidas as propostas apresentadas pelos órgãos gestores das unidades.

Art __ - A Câmara de Compensação Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente será composta por até 10 (dez) membros, sendo:

I – O Secretário de Estado Adjunto do Meio Ambiente;

II – 4 (três) representantes do SEAQUA, indicados pelo Secretário de Meio Ambiente;

III – 1 (um) representante indicado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA; e

V – 4 (quatro) representantes de entidades não governamentais, sendo:

i) 1 representante da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo - Faesp

ii) 1 representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp;

iii) 2 representante de entidades ambientalistas.

Parágrafo único - Após as devidas indicações, os membros da CCA serão designados por ato do Secretário de Estado do Meio Ambiente.

Art. __ - O Secretário do Meio Ambiente, por meio de resolução, regulamentará os procedimentos necessários ao funcionamento da Câmara de Compensação Ambiental.

Emenda 154

Art. 52 - A expansão das áreas abrangidas pelo SIGAP, especialmente no que se refere à criação de Unidades de Conservação e corredores ecológicos, deve ser pautada por estudos científicos, como tal reconhecidos pela Secretaria do Meio Ambiente.,~~ficando desde já admitida para tal a utilização prioritária do Programa Biota – FAPESP Diretrizes para a Conservação e Restauração da Biodiversidade no Estado de São~~

Paulo” (Governo do Estado de São Paulo / Secretaria do Meio Ambiente, FAPESP; 2008).

Emenda 155

Supressão dos art. 56 e 57 em razão de novo capítulo proposto

~~Art. 56—Os recursos da compensação ambiental, provenientes do licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental, deverão ser destinados, por meio da Câmara de Compensação Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente, à implantação e manutenção de Unidades de Conservação, nos termos da legislação pertinente e~~
~~ouvidas~~

~~as propostas apresentadas pelos órgãos gestores das unidades.~~

~~Art. 57—O Secretário do Meio Ambiente, por meio de resolução, poderá regulamentar os procedimentos necessários ao funcionamento da Câmara de Compensação Ambiental.~~